

# Comunicado ao cliente

Assuntos especiais e investigações governamentais

21 DE JANEIRO DE 2019

Para obter mais informações  
entre em contato:

Brandt Leibe  
+1 713 751 3235  
[bleibe@kslaw.com](mailto:bleibe@kslaw.com)

Grant Nichols  
+1 512 457 2006  
[gnichols@kslaw.com](mailto:gnichols@kslaw.com)

Joel Crespo  
+1 202 626 8975  
[joel.crespo@kslaw.com](mailto:joel.crespo@kslaw.com)

Clarissa Moliterno  
+1 212 556 2359  
[cmoliterno@kslaw.com](mailto:cmoliterno@kslaw.com)

---

## King & Spalding

Houston, TX  
1100 Louisiana Street  
Houston, TX 77002-5213  
Tel: +1 713 751 3200

Washington, D.C.  
1700 Pennsylvania Avenue, NW  
Washington, D.C. 20006-4707  
Tel: +1 202 737 0500

## Quarto Trimestre de 2019: Observações sobre Enforcement na América Latina

No quarto trimestre de 2019, as autoridades responsáveis pela aplicação (*enforcement*) da lei nos EUA mantiveram esforços para processar indivíduos que violam as leis anticorrupção americanas em questões relacionadas à América Latina, enquanto as autoridades da América Latina, incluindo no Brasil, Peru e México, buscaram a aplicação da lei por conta própria, às vezes sem coordenação com as autoridades dos EUA. Esta análise destaca esses desenvolvimentos e tendências recentes.

### AUTORIDADES DOS EUA: A INTENÇÃO DE COOPERAÇÃO E O ALCANCE DO DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA DOS EUA

#### Condenação de estrangeiros

Em 8 de novembro de 2019, um júri federal em Connecticut condenou Lawrence Hoskins por seis acusações de violação da Lei dos EUA de Práticas de Corrupção do Exterior (*Foreign Corrupt Practices Act*, “FCPA”), três acusações de lavagem de dinheiro e duas acusações de conspiração, por sua participação em um esquema de corrupção de funcionários públicos na Indonésia.<sup>1</sup> A condenação de Hoskins encerrou uma saga que se iniciou com a sua acusação em 2013. As ações criminais dos EUA foram atrasadas, pois Hoskins questionou o alcance da jurisdição da FCPA com base no fato de que ele nunca colocou os pés nos Estados Unidos e estava trabalhando na França enquanto portava um passaporte do Reino Unido. Apesar do seu questionamento, Hoskins foi condenado por violação da FCPA por ter atuado como um agente de um “empreendimento nacional” – nesse caso, a subsidiária de Connecticut para a qual ele trabalhava – quando ele ajudou a angariar propinas para funcionários públicos da Indonésia.<sup>2</sup>

Após a condenação de Hoskins, o chefe da Divisão Criminal do Departamento de Justiça (*Department of Justice*, “DOJ”), Brian Benczkowski, comentou sobre o caso e afirmou que o DOJ não considerou a ação penal de Hoskins como um cheque em branco:



“Gostaria de deixar claro hoje o fato de que o DOJ não está buscando ampliar os limites dos princípios da agência além do reconhecimento, tampouco forçar a aplicação da FCPA em limites externos”.<sup>3</sup> Ele alertou ainda que se a promotoria encontrasse evidências do uso de estruturas ou agentes corporativos para proteger da responsabilidade penal uma empresa controladora ou executivos individuais de alto nível, o DOJ provavelmente favoreceria fortemente a acusação nesses casos.<sup>4</sup> Resta saber se a condenação mudará a forma como a promotoria norte-americana aborda os casos na prática, se em absoluto, mas a condenação ressalta e valida, em certa medida, a visão notoriamente ampla da promotoria quanto à própria capacidade de buscar a aplicação da lei em casos com contatos muito limitados com os Estados Unidos.

### **Incentivo à divulgação voluntária dos controles de exportação e violações de sanções**

Em 13 de dezembro de 2019, a Divisão de Segurança Nacional (*National Security Division*, “NSD”) do DOJ apresentou uma política revisada de divulgação voluntária<sup>5</sup> para o controle de exportações e a aplicação de sanções.<sup>6</sup> Segundo a nova política, que está amplamente de acordo com a Política de Aplicação Corporativa da FCPA da Divisão Criminal do DOJ, as empresas que divulgarem integralmente de forma voluntária situações que aparentem configurar violações diretamente à seção de controle de exportação e contra-inteligência na NSD e remediarem e cooperarem com as autoridades terão o benefício da “presunção de que a empresa receberá um acordo de não ser processada e não pagará uma multa, ausentes qualquer agravante”.<sup>7</sup> Entretanto, ao contrário da Política de *Enforcement* Corporativo da FCPA, as empresas não receberão uma presunção de uma declinação.<sup>8</sup>

### **ESFORÇOS DE ENFORCEMENT NO BRASIL DECORRENTES DE COORDENAÇÃO E ESFORÇOS INTERNOS**

Autoridades norte-americanas e brasileiras continuam a coordenar esforços de aplicação da lei.<sup>9</sup> De acordo com David Brassanini, chefe de operações e assessor jurídico do FBI em Brasília, o FBI solicitou uma equipe especialmente para lidar com o grande número de pedidos de Tratado de Assistência Jurídica Mútua que recebe das autoridades no Brasil, que é o maior solicitante de informações de evidência e inteligência.<sup>10</sup> Brassanini destacou que as autoridades dos EUA ajudaram a cobrar um acordo judicial no caso do suborno de US\$ 2,6 bilhões com a construtora Odebrecht em 2016, que foi dividido entre as autoridades do Brasil, dos EUA e da Suíça.<sup>11</sup>

Enquanto isso, as autoridades brasileiras continuam a obter resoluções decorrentes das investigações da Operação Lava Jato. Em novembro, as autoridades brasileiras assinaram dois importantes acordos de leniência em menos de duas semanas. Primeiro, a Advocacia Geral da União (“AGU”), a Controladoria Geral da União (“CGU”) e a construtora OAS concordaram que a OAS pagaria quase R\$ 2 bilhões para resolver denúncias de propina.<sup>12</sup> Alguns dias antes, as mesmas autoridades realizaram um acordo semelhante junto à construtora Grupo Engevix no qual a empresa concordou em pagar mais de R\$ 500 milhões em um acordo, elevando para 11 o número total de acordos de leniência assinados entre a CGU, a AGU e empresas relacionadas à Operação Lava Jato.<sup>13</sup>

Mais recentemente, após o acordo da Telefônica Brasil com a Comissão de Valores Mobiliários dos EUA no âmbito do FCPA, a CGU abriu uma investigação sobre funcionários públicos acusados de terem aceitado propina de empresas durante a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014.<sup>14</sup> Essa investigação reflete os crescentes esforços da CGU de colaborar com investigações domésticas e estrangeiras.

### **EQUADOR: DOJ GARANTE 10º E 11º CONDENADOS EM ESQUEMA DE CORRUPÇÃO DA PETROECUADOR**

Continua o desdobramento dos esforços do DOJ processar indivíduos envolvidos em esquema de corrupção na PetroEcuador, companhia petroleira nacional do Equador. Em 11 de outubro de 2019, Chatburn Ripalda se declarou culpado de uma conspiração de lavagem de dinheiro por facilitar pagamentos de propina no valor de US\$ 3,2 milhões a funcionários da PetroEcuador para garantir contratos para a Galileo Energy S.A.<sup>15</sup> Em 18 de dezembro de 2019, foi condenado a 42 meses de prisão, três anos de liberdade vigiada, e uma multa de US\$ 40 mil.<sup>16</sup>



Em 14 de novembro de 2019, José Raúl de la Torre Prado, um ex-funcionário da PetroEcuador, tornou-se a 11ª pessoa a ser condenada nos EUA pela sua participação no esquema. De la Torre confessou ter solicitado mais de US\$ 3 milhões em propina de uma empresa em troca de contratos com a PetroEcuador.

Após esses desenvolvimentos, em 13 de dezembro de 2019, a PetroEcuador requereu ao tribunal federal de Miami que a reconhecesse como vítima e que lhe concedesse uma restituição no caso Chatburn Ripalda. A audiência de restituição está marcada para 5 de fevereiro de 2020.<sup>17</sup> A PetroEcuador apresentou sua proposta de restituição, apesar de lhe ter sido negado pedido semelhante anteriormente.<sup>18</sup>

### PERU DISSOLVE CONGRESSO E PERSISTE NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

Em setembro de 2019, o presidente do Peru, Martin Vizcarra, dissolveu o Congresso numa tentativa de encerrar uma luta de um ano com os parlamentares de direita sobre sua campanha anticorrupção.<sup>19</sup> Vizcarra então convocou eleições para o Congresso para substituir o partido da maioria, liderado pela ex-candidata à presidência Keiko Fujimori, que à época encontrava-se presa, mas que foi posteriormente libertada. No final de outubro, a suprema corte do Peru aceitou um processo para determinar se o presidente excedeu seus poderes ao dissolver o Congresso. Apesar disso, novas eleições legislativas estão marcadas para 26 de janeiro de 2020 para a eleição de novos membros do Congresso.<sup>20</sup>

Enquanto isso, os esforços de aplicação das leis anticorrupção no Peru continuam avançando rapidamente. Em novembro de 2019, um juiz peruano determinou a prisão de 14 advogados enquanto uma investigação era conduzida sobre suposto favoritismo na concessão de contratos para obras públicas com um valor de pelo menos US\$ 250 milhões para a construtora brasileira Odebrecht.<sup>21</sup> No final de novembro, um tribunal peruano anulou oito dessas ordens de prisão preventiva. Entretanto, apesar do recurso aprovado contra as ordens de prisão preventiva, os oito advogados liberados permanecem sob investigação.<sup>22</sup>

### NOVO AMBIENTE DE APLICAÇÃO DA LEI NO MÉXICO

O ambiente de fiscalização mais rigoroso no México que muitos esperavam sob a administração do presidente Andres Manuel Lopez Obrador parece estar surgindo. Recentemente, foi divulgado que a promotora-chefe anticorrupção do México, Luz Mijangos Borja, já tem 680 casos sob investigação.<sup>23</sup> Mijangos Borja foi nomeada em março de 2019. Nos oito meses em sua função, ela aumentou a atividade investigativa de forma rápida e silenciosa.

Ao mesmo tempo, o poder legal das autoridades mexicanas para atuar em casos anticorrupção aumentou. Em 6 de novembro de 2019, o poder legislativo mexicano votou em favor de permitir que o Ministério da Fazenda do país inclua indivíduos suspeitos de lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros em um registro oficial que permite que seus ativos sejam congelados. De acordo com a alteração proposta, os indivíduos que buscam recurso contra uma decisão do Ministério da Fazenda de registrá-los em uma lista de restrição devem enviar uma solicitação de remediação à Unidade de Inteligência Financeira, que supervisiona o registro.<sup>24</sup> Isso, em combinação com a Lei Nacional de Confisco de Ativos (agosto de 2019), que concedeu ao Procurador-Geral do México a autoridade para vender ativos apreendidos de certos suspeitos sem supervisão judicial, amplia os poderes do governo para aplicação da lei.<sup>25</sup>



## SOBRE O KING & SPALDING

Comemorando mais de 130 anos de serviço, o King & Spalding é um escritório de advocacia internacional que representa uma ampla variedade de clientes, incluindo metade das empresas da Fortune Global 100, com 1.100 advogados em 21 escritórios nos Estados Unidos, Europa, Oriente Médio e Ásia. O escritório lida com assuntos em mais de 160 países em seis continentes e é consistentemente reconhecido pelos resultados que obtém, pelo compromisso inabalável com a qualidade e pelo empenho em compreender os negócios e a cultura de seus clientes.

Este comunicado apresenta um resumo geral de desenvolvimentos jurídicos recentes. Não se destina a ser e não deve ser considerado aconselhamento jurídico. Em algumas jurisdições, este material pode ser considerado "publicidade de advocacia".

ABU DHABI	BRUXELAS	DUBAI	HOUSTON	MOSCOW	RIADE	SINGAPURA
ATLANTA	CHARLOTTE	FRANKFURT	LONDRES	NOVA YORK	SÃO FRANCISCO	TÓQUIO
AUSTIN	CHICAGO	GENEVA	LOS ANGELES	PARIS	VALE DO SILÍCIO	WASHINGTON, D.C.

---

---

<sup>1</sup> Richard L. Cassin, *Jury convicts Hoskins of multiple FCPA and money laundering offenses*, The FCPA Blog (Nov. 8, 2019), <https://fcpcblogger.com/2019/11/08/jury-convicts-hoskins-of-multiple-fcpa-and-money-laundering-offenses/>.

<sup>2</sup> *Id.*

<sup>3</sup> Assistant Attorney General Brian A. Benczkowski Delivers Remarks at the American Conference Institute's 36th International Conference on the Foreign Corrupt Practices Act, DOJ, Off. of Public Affairs (Dec. 4, 2019), <https://www.justice.gov/opa/speech/assistant-attorney-general-brian-benczkowski-delivers-remarks-american-conference>.

<sup>4</sup> *Id.*

<sup>5</sup> Export Control and Sanctions Enforcement Policy for Business Organizations, DOJ (Dec. 13, 2019), [https://www.justice.gov/nsd/ces\\_vsd\\_policy\\_2019/download?utm\\_medium=email&utm\\_source=govdelivery](https://www.justice.gov/nsd/ces_vsd_policy_2019/download?utm_medium=email&utm_source=govdelivery).

<sup>6</sup> Will Barbieri, *US Bolsters Incentives for Self-Reporting of Sanctions Violations*, Global Investigations Review (Dec. 16, 2019), <https://globalinvestigationsreview.com/article/1212207/us-bolsters-incentives-for-self-reporting-of-sanctions-violations>.

<sup>7</sup> DOJ, *supra* note 5, at 2.

<sup>8</sup> Principal Deputy Assistant Attorney General David Burns Delivers Remarks Announcing New Export Controls and Sanctions Enforcement Policy for Business Organizations, DOJ (Dec. 13, 2019), <https://www.justice.gov/opa/speech/principal-deputy-attorney-general-david-burns-delivers-remarks-announcing-new>.

<sup>9</sup> Q3 2019: Latin America Enforcement Review, October 14, 2019.

<sup>10</sup> FBI Wants New Unit for Brazilian Evidence Requests, Latin Lawyer (Nov. 14, 2019), <https://latinlawyer.com/article/1210894/fbi-wants-new-unit-for-brazilian-evidence-requests>; David Brassanini, Latin Lawyer – Global Investigations Review Live 7th Annual Anti-Corruption and Investigations conference.

<sup>11</sup> Michael Griffiths, *The Odebrecht Fact Sheet*, Latin Lawyer (Mar. 2, 2017), <https://latinlawyer.com/article/1129974/the-odebrecht-fact-sheet>.

<sup>12</sup> AGU e CGU assinam acordo de leniência com OAS, que pagará R\$ 1,92 bilhão, Advocacia-Geral da União (Nov. 14, 2019), [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/836430](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/836430).

<sup>13</sup> Antiga Engevix, Nova Participações pagará R\$ 516 milhões após acordo de leniência, Advocacia-Geral da União (Nov. 12, 2019), [http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id\\_conteudo/834230](http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/834230).

<sup>14</sup> Paulo Roberto Netto, *CGU investiga agentes acusados de receber ingressos da Copa devido a 'carga estratégico'*, Estadão (Nov. 25, 2019), <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/cgu-investiga-agentes-acusados-de-receber-ingressos-da-copa-devido-a-carga-estrategico/>; Will Neal, *Brazil launches probe into officials allegedly bribed with football tickets*, Latin Lawyer (Nov. 29, 2019), <https://latinlawyer.com/article/1211482/brazil-launches-probe-into-officials-allegedly-bribed-with-football-tickets>.

<sup>15</sup> Clara Hudson, *Anti-Corruption: On Eve of Trial, Miami Businessman Pleads Guilty*, Global Investigations Review (Oct. 11, 2019), <https://globalinvestigationsreview.com/article/jac/1209513/on-eve-of-trial-miami-businessman-pleads-guilty>.

<sup>16</sup> Clara Hudson, *Just Anticorruption: Miami Businessman Sentenced in PetroEcuador Bribery Case*, Global Investigations Review (Dec. 18, 2019), <https://globalinvestigationsreview.com/article/jac/1212276/miami-businessman-sentenced-in-petroecuador-bribery-case>.

<sup>17</sup> Clara Hudson, *Just Anti-Corruption: PetroEcuador Doubles Down in Restitution Battle*, Global Investigations Review (Dec. 16, 2019), <https://globalinvestigationsreview.com/article/jac/1212206/petroecuador-doubles-down-in-restitution>.

<sup>18</sup> Clara Hudson, *Just Anti-Corruption: PetroEcuador is Not a Victim, Miami Judge Says*, Global Investigations Review (Sept. 23, 2019), <https://globalinvestigationsreview.com/article/jac/1197882/petroecuador-is-not-a-victim-miami-judge-says>.



---

<sup>19</sup> Franklin Briceno, et al., *Peru President Dissolves Congress Amid Anti-Corruption Push*, AP News (Sept. 30, 2019), <https://apnews.com/82d3dd0d76054d5ba6744825c448d973>.

<sup>20</sup> Marco Aquino, et al., *Peru's Top Court Accepts Lawsuit Against Vizcarra's Closure of Congress*, Reuters (Oct. 29, 2019), <https://www.reuters.com/article/us-peru-politics/perus-top-court-accepts-lawsuit-against-vizcarras-closure-of-congress-idUSKBN1X82IU>.

<sup>21</sup> Peruvian Judgment (Nov. 4, 2019), [https://globalarbitrationreview.com/digital\\_assets/57524d75-4cc9-4862-b532-5b50d6c6cad4/Peruvian-arbitrators-criminal-judgment.pdf](https://globalarbitrationreview.com/digital_assets/57524d75-4cc9-4862-b532-5b50d6c6cad4/Peruvian-arbitrators-criminal-judgment.pdf).

<sup>22</sup> Peruvian Appeal Decision (Nov. 25, 2019), [https://globalarbitrationreview.com/digital\\_assets/91c1dc83-4418-4002-abfc-36d330a9a5e6/First-Criminal-Court-of-Appeals-judgment.pdf](https://globalarbitrationreview.com/digital_assets/91c1dc83-4418-4002-abfc-36d330a9a5e6/First-Criminal-Court-of-Appeals-judgment.pdf).

<sup>23</sup> Luis Dantón Martínez Corres, *New Corruption Prosecutor Opens 680 Investigations*, The FCPA Blog (Dec. 18, 2019), <https://fcpablog.com/2019/12/18/new-corruption-prosecutor-opens-680-investigations/>.

<sup>24</sup> Will Neal, *Mexican Parliament Votes to Expand Powers of Finance Ministry*, Global Investigations Review (Nov. 7, 2019), <https://globalinvestigationsreview.com/article/1210714/mexican-parliament-votes-to-expand-powers-of-finance-ministry>.

<sup>25</sup> Santamarina and Steta SC, *New National Asset Forfeiture Law (Ley Nacional de Extinción de Dominio)*, Lexology (Aug. 13, 2019), <https://www.lexology.com/library/detail.aspx?g=7a4d11a4-3d3e-41a2-adfe-fd2e1fc57dd7>.